

PARECER CONSOLIDADO

ARESPCJ Nº 03/2023 - DFB

REAJUSTE DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 02/1996
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE JUNDIAÍ - CSJ

JANEIRO DE 2023

SUMÁRIO

1. DO PEDIDO	4
2. OBJETIVO.....	4
3. ANÁLISE ADMINISTRATIVA.....	4
3.1. FUNDAMENTO LEGAL.....	4
3.1.1. TITULAR DOS SERVIÇOS: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.....	4
3.1.2. PRESTADOR: DAE.....	4
3.1.3. CONCESSIONÁRIA: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE JUNDIAÍ - CSJ.....	4
3.1.4. CONSELHO DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - CRCS.....	5
3.1.5. AGÊNCIA REGULADORA ARES-PCJ.....	5
4. ANÁLISE TÉCNICA-OPERACIONAL.....	6
4.1. ESTRUTURA OPERACIONAL.....	6
4.2. PLANEJAMENTO.....	6
4.2.1. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.....	6
4.3. CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	7
4.3.1. FISCALIZAÇÃO DIRETA DOS SISTEMAS DE ESGOTO E DAS CONDIÇÕES GERAIS.....	7
4.3.2. FISCALIZAÇÃO INDIRETA POR INDICADORES DE DESEMPENHO.....	7
5. ANÁLISE DE DESEMPENHO CONTRATUAL.....	8
5.1. EVOLUÇÃO DA DEMANDA.....	8
5.1.1. POPULAÇÃO.....	8
5.1.2. VOLUMES.....	8
5.1.3. LIGAÇÕES/ECONOMIAS.....	8
6. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	9
6.1. CONCEITOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM CONCESSÃO.....	9
6.1.1. EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E EQUILÍBRIO CONTRATUAL.....	9
6.1.2. INFLAÇÃO.....	9
6.1.3. REAJUSTE ORDINÁRIO.....	9
6.1.4. REVISÃO ORDINÁRIA.....	10
6.1.5. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.....	10
6.2. INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO CONTRATO.....	10
6.2.1. ÚLTIMO REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO.....	10
6.2.2. REAJUSTE TARIFÁRIO ORDINÁRIO.....	10
6.2.3. ÍNDICES DA FORMULA PARAMÉTRICA.....	11
6.2.4. CÁLCULO PARA REAJUSTE DA TARIFA REFERENCIAL DE SERVIÇOS.....	11

6.2.5.	SISTEMA DE GESTÃO REGULATÓRIA.....	12
6.2.6.	DEMAIS INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS – RESOLUÇÃO Nº 303/2019.....	12
7.	CONCLUSÃO	13
7.1.	REAJUSTE DA TARIFA REFERENCIAL DE SERVIÇOS	13
7.2.	APLICABILIDADE	13
7.3.	PEDIDO DE REAJUSTE INFLACIONÁRIO RELATIVO AO PERÍODO DE JANEIRO /2022 A JANEIRO DE 2023 NA CARTA Nº CSJ23_15_ACS_ARES-PCJ_DAE	13
8.	RECOMENDAÇÕES	14
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	14

1. DO PEDIDO

Por meio de Ofício CSJ22_570_ACS_ARES-PCJ_DAE, de 16/12/2022, a Cia Saneamento de Jundiaí – CSJ, encaminhou à Agência Reguladora PCJ solicitação de reajuste ordinário da base de cálculo da remuneração mensal do Contrato de PPP do município de Jundiaí.

A partir dessa solicitação, foi aberto o Processo Administrativo ARES-PCJ nº 358/2022, para fins de elaboração de estudos técnicos, econômicos e financeiros relativos ao pleito de reajuste tarifário.

2. OBJETIVO

O objetivo deste Parecer Consolidado é apresentar os resultados da análise da solicitação de reajuste da Tarifa de Referencial de Serviços – TRS, de tratamento de esgoto do município de Jundiaí, encaminhada à ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando o reequilíbrio econômico e financeiro da Companhia de Saneamento de Jundiaí – CSJ.

3. ANÁLISE ADMINISTRATIVA

3.1. FUNDAMENTO LEGAL

3.1.1. TITULAR DOS SERVIÇOS: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

O Município de Jundiaí é subscritor do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ e o ratificou através da Lei nº 8.266 de 16/07/2014. Dessa forma, delegou e transferiu à Agência Reguladora PCJ o exercício das atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, prestados pela DAE S/A Água e Esgoto.

3.1.2. PRESTADOR: DAE

A DAE S.A. – Água e Esgoto é uma sociedade de economia mista e foi criada em 05/10/1999 através da Lei Municipal nº 5.307/99, para exercer atividades relacionadas com o sistema público de abastecimento de água tratada e de coleta e tratamento de esgoto no Município de Jundiaí.

3.1.3. CONCESSIONÁRIA: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE JUNDIAÍ - CSJ

Através da Concorrência nº 02/1995 o Departamento de Água e Esgoto de Jundiaí firmou o Contrato nº 02/1996, de regime de concessão, com a Companhia de Saneamento de Jundiaí -CSJ, visando à prestação do serviço público de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários do município.

3.1.4. CONSELHO DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - CRCS

O Município de Jundiaí, em atendimento à Lei Federal nº 11.445/2007 e à Resolução ARES-PCJ nº 01, de 21/11/2011 e suas alterações, instituiu seu Conselho de Regulação e Controle Social - CRCS através do Decreto nº 26.813, de 22/02/2017.

Os atuais membros do CRCS de Jundiaí foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Portaria nº 176, de 27 de agosto de 2021, atendendo, assim, os requisitos do Controle Social.

Entretanto, por se tratar de reajuste ordinário da contraprestação dos serviços, visando atualizar dos valores dos serviços contratados, preservando seu valor frente às perdas inflacionárias, nos termos definidos no Contrato de Concessão, após a elaboração deste Parecer Consolidado com os novos valores a serem praticados e por não haver necessidade deste ser submetido aos membros do CRCS - Conselho de Regulação e Controle Social do Município de Jundiaí, a ARES-PCJ emitirá Parecer específico, para as devidas providências legais.

3.1.5. AGÊNCIA REGULADORA ARES-PCJ

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ é um consórcio público de direito público, na forma de associação pública, criado nos moldes da Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos) para atendimento aos preceitos da Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007 (Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico) regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.017/2010.

Conforme a Cláusula 8ª do seu Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público, a ARES-PCJ tem por objetivo realizar a gestão associada de serviços públicos, plena ou parcialmente, através da delegação das competências municipais de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, aos municípios associados.

Dentre suas competências, cabe a ARES-PCJ a definição, fixação, reajuste e revisão dos valores das taxas, tarifas e outras formas de contraprestação dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios consorciados e conveniados, que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro da prestadora e a modicidade tarifária.

4. ANÁLISE TÉCNICA-OPERACIONAL

4.1. ESTRUTURA OPERACIONAL

Fundada em 1996, a Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ) construiu a ETEJ, Estação de Tratamento de Esgotos de Jundiaí, com o objetivo de tratar o esgoto da cidade.

A operação começou em 1998, sendo que 99% do esgoto coletado em Jundiaí é encaminhado à ETEJ, onde recebe tratamento e destinação adequados.

A unidade do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município de Jundiaí operada pelo Prestador é composta apenas por uma estação de tratamento conforme apresentado na Tabela TEC 1. Existe a previsão em aditivo contratual que a CSJ assuma a operação da ETE Fernandes, porém esta mudança ainda não foi efetivada.

Tabela TEC 1 – Componentes do Sistema de Esgotamento Sanitário

Estações de Tratamento de Esgoto		Estações Elevatórias de Esgoto		Redes e Ramais	
					
Total	1	Total	N/A	Ligações ativas	N/A
Ativas	1			Economias ativas	N/A
Vazão (L/s)	1.100	Ativas	N/A	Redes (km)	N/A

N/A – Não se aplica

4.2. PLANEJAMENTO

4.2.1. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Dentre os novos institutos apresentados pelo Marco Legal do Saneamento, a Lei federal nº 11.445/2007, o planejamento dos serviços de saneamento é prerrogativa do titular dos serviços e indelegável, nos termos do Art. 19 da referida lei.

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Jundiaí foi elaborado pela DAE em parceria com a Prefeitura Municipal de Jundiaí. Ele foi aprovado e instituído pela Lei Municipal nº 8.881, de 13 de dezembro de 2017.

Vale salientar, no entanto, que no caso da CSJ, os investimentos e obrigações são regidos e definidos pelo contrato de concessão firmado entre o Município e a Concessionária.

4.3. CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. FISCALIZAÇÃO DIRETA DOS SISTEMAS DE ESGOTO E DAS CONDIÇÕES GERAIS

A partir das fiscalizações realizadas até 2022 na CSJ, foram gerados 2 (dois) relatórios técnicos, conforme Tabelas TEC 2 e TEC 3.

Tabela TEC 2 – Cobertura de fiscalização

TIPO DE SISTEMA	SUBSISTEMA	CICLO	SISTEMAS EXISTENTES	SISTEMAS INSPECIONADOS	COBERTURA
ESGOTO	ETE	1	1	1	100%

Tabela TEC 3 – Relatórios de Fiscalização

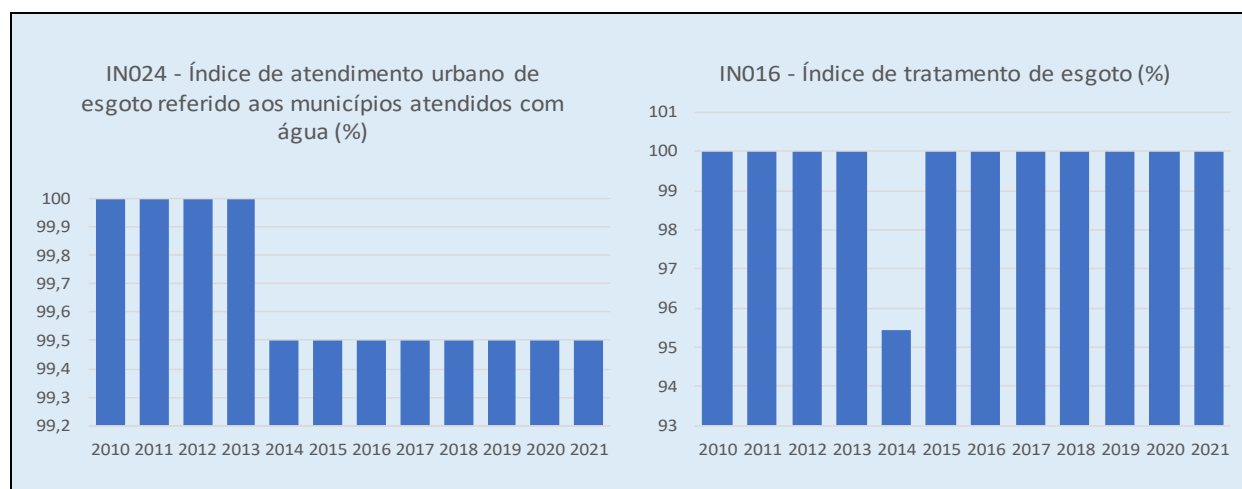
RELATÓRIO	NATUREZA	ABRANGÊNCIA	DATA
R1	Fiscalização	SAA e SES	dez/14
R2	Fiscalização	SES	ago/21

A concessionária não possui nenhuma Não Conformidade aberta ou vencida que eventualmente possa ter sido constatada em fiscalização.

4.3.2. FISCALIZAÇÃO INDIRETA POR INDICADORES DE DESEMPENHO

A ARES-PCJ, além de seus programas de fiscalização direta e monitoramento, também está elaborando um painel de Indicadores de Desempenho baseados em diversos instrumentos e metodologias reconhecidas (Planos Municipais de Saneamento Básico, no Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SNIS, na Metodologia ACERTAR) que será aplicado a todos os prestadores e estará disponível nos próximos pareceres.

Nos Gráficos abaixo, são apresentados alguns dos indicadores do SNIS – ACERTAR para os serviços de esgoto no município de Jundiá.



5. ANÁLISE DE DESEMPENHO CONTRATUAL

5.1. EVOLUÇÃO DA DEMANDA

5.1.1. POPULAÇÃO

Jundiaí é um município do estado de São Paulo, e faz parte da Região Metropolitana de Jundiaí, sua população em 2022, segundo as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é de 459.789 habitantes, em uma área de 431,204 km².

5.1.2. VOLUMES

No que se refere aos volumes de esgoto, a Tabela 1 apresenta os valores realizados para o ano 2022.

TABELA 1 - VOLUMES REALIZADOS 2022

ANO	VOLUME FATURADO (m ³ /ano)	ESGOTO COLETADO (m ³ /ano)	ESGOTO TRATADO (m ³ /ano)
2022	39.126.732	32.392.756	29.360.127,27

Fonte: Sistema de Gestão Regulatória - SONAR.

5.1.3. LIGAÇÕES/ECONOMIAS

A Tabela 2 apresenta de número de ligações e economias para o ano de 2022 da concessão.

TABELA 2 – NÚMERO DE LIGAÇÕES E ECONOMIAS DE ÁGUA E ESGOTO

ANO	LIGAÇÕES DE ESGOTO	ECONOMIAS DE ESGOTO
2022	112.314	182.162

Fonte: Sistema de Gestão Regulatória - SONAR.

6. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1. CONCEITOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA EM CONCESSÃO.

6.1.1. EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E EQUILÍBRIO CONTRATUAL

Em contratos de Concessão, utilizamos a noção de “equação econômico-financeira” para designar a combinação entre direitos e deveres assumidos pela Concessionária no processo licitatório. O conceito pode ser melhor compreendido separadamente, sendo:

- i) “Equação”: significa igualdade entre dois termos. No nosso caso, refere-se ao patamar de receitas e gastos projetados pela Concessionária para cumprir os objetivos e metas do contrato, mediante rentabilidade previamente determinada;
- ii) “Econômica”: diz respeito aos valores globais e às características de composição das receitas e gastos projetados, que configuram distintos cenários para a prestação dos serviços;
- iii) “Financeira”: relaciona-se à distribuição dos valores ao longo do período contratual, assumindo que o valor do dinheiro sofre influência de sua posição no tempo, o que afeta as condições de rentabilidade pactuadas entre as partes.

Dessa forma, dizemos que o contrato se encontra em equilíbrio quando não há ocorrência de eventos que afetem a equação econômico-financeira original.

O contrato ora analisado tem como parâmetro de equilíbrio uma “Taxa Interna de Retorno” (TIR) calculada em 20%, correspondente à rentabilidade média esperada para o projeto vencedor da licitação ao fim de sua execução. Isso significa dizer que um desequilíbrio na equação econômico-financeira deve ser corrigido até o reestabelecimento deste patamar, respeitados os riscos atribuíveis às partes.

6.1.2. INFLAÇÃO

O fenômeno da inflação se refere ao aumento generalizado dos preços num determinado período. Ela pode ser calculada por diferentes métricas, que atribuem ponderações particulares para distintos itens de gasto de acordo com o setor em análise.

A dinâmica inflacionária tem implicações diretas sobre os itens de gastos na prestação do serviço de saneamento, sendo um dos fatores que afetam a equação econômico-financeira de um contrato de Concessão. Dessa forma, é esperado que se disponham de mecanismos para tratar adequadamente deste fenômeno ao longo da execução contratual, sendo o principal deles o reajuste tarifário ordinário.

6.1.3. REAJUSTE ORDINÁRIO

O reajuste tarifário ordinário é instrumento de correção automática dos valores das tarifas que visa recompor perdas inflacionárias observadas no período acumulado de 12 (doze meses) decorridos. Os contratos de Concessão devem estipular o(s) índice(s) escolhido(s) para cálculo de reajuste, bem como sua composição.

6.1.4. REVISÃO ORDINÁRIA

A Revisão Ordinária é o mecanismo utilizado para a reavaliação contratual das condições gerais da prestação dos serviços, tarifas praticadas e seus preços públicos, necessidade de reaparelhamento e modernização do sistema e, também, eventual distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários, observando-se, sempre, o intervalo mínimo de 04 (quatro) anos e deve contemplar a avaliação e mensuração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e sua recomposição em caso de comprovados eventos de desequilíbrio.

6.1.5. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

A Revisão Extraordinária é o mecanismo de reavaliação contratual cabível sempre que ocorrerem fatos não previstos no contrato, e que sejam classificados como atos externos à participação e à responsabilidade da Concessionária ou da Parceira Privada e que causem alteração no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.2. INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO CONTRATO

6.2.1. ÚLTIMO REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO

O último reajuste da contraprestação foi majorado pelo Parecer Consolidado ARES-PCJ nº 07/2022 - DFB, nos seguintes termos:

“Reajuste na Tarifa Referencial de Serviços em 67,31% (sessenta e sete inteiros e trinta e um centésimos por cento), em relação a Tarifa Referencial data base de janeiro de 2016, originando uma variação média anual equivalente a 20,36% (vinte inteiros e trinta e seis centésimos por cento). O reajuste entra em vigor nas contas emitidas a partir de 15 de janeiro de 2022, os valores passam a ser de R\$ 3,075/m³ (três inteiros e setenta e cinco milésimos de reais por metro cubico), para a categoria Volume Residencial – TVR, R\$ 3,385/m³ (três inteiros e trezentos e oitenta e cinco milésimos de reais), por metro cubico) para a categoria Volume Industrial – TVI e R\$ 3,385/kgDBO (três inteiros e trezentos e oitenta e cinco milésimos de reais), por quilo de demanda biológica de oxigênio) para Carga Industrial – TCI.”

6.2.2. REAJUSTE TARIFÁRIO ORDINÁRIO

O Contrato de Concessão nº 002/96, oriundo do Edital de Concorrência Pública nº 002/95, assinado entre a Prefeitura do Município de Jundiaí e a empresa Companhia Saneamento de Jundiaí - CSJ prevê, em sua Cláusula 6.10, “O valor da TRS, Tarifa Referencial de Serviços de Tratamento de Esgotos serão reajustados para mais ou menos de acordo com a seguinte fórmula:

$$TR n = To \left[\left(\frac{CMC}{CM} * \frac{Cn}{Co} \right) + \left(\frac{CMP}{CM} * \frac{Pn}{Po} \right) + \left(\frac{CME}{CM} * \frac{En}{Eo} \right) + \left(\frac{CMM}{CM} * \frac{Mn}{Mo} \right) \right]$$

Onde:

TRn Tarifa reajustada ao mês “n”

To Tarifa relativa ao mês “o”

CMC Custo Marginal do Capital investido
CMP Custo Marginal das Despesas com Pessoal e encargos sociais
CME Custo Marginal das despesas com energia elétrica
CMM Custo Marginal das Despesas com Manutenção
CM Custo Marginal Total

Cn Índice geral de preços do Mercado - IGP-M no mês “n”
Co Idem, relativo ao mês “o”

Pn Índice de reajuste de salários do pessoal no mês “n”
Po idem, relativo ao mês “o”

Em Índice de reajuste de energia elétrica para o mês “n”
Eo idem mês “o”

Mn Índice geral de preços - IGP-DI no mês “n”
Mo idem mês “o”

6.2.3. ÍNDICES DA FORMULA PARAMÉTRICA

Parcelas Variáveis	Índice	Data Base Jan/16	Índices Jan/2023
Eletricidade	CPFL	774,827	1.121,031
Pessoal	Sindicato	545,318	824,993
Parcelas Variáveis	Índice	Data Base Dez/15	Índices Dez/2022
Capital	IGP-M	510,506	960,511
Manutenção	IGP-DI	504,376	945,103

Parcelas Constantes	
Custo Marginal do Capital Investido	343,189
Custo Marginal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	36,268
Custo Marginal das despesas com Energia Elétrica	117,305
Custo Marginal das Despesas com Manutenção	69,93
Custo Marginal Total	566,692

6.2.4. CÁLCULO PARA REAJUSTE DA TARIFA REFERENCIAL DE SERVIÇOS

Dessa forma, aplicando a fórmula exposta no item anterior, o cálculo do reajuste da contraprestação para a data base de janeiro de 2016 a janeiro de 2023, conforme o Sexto Aditamento do Contrato de Concessão, se dará da seguinte forma:

$$TRn = To \left[\left(\frac{343,189}{566,692} * \frac{Cn}{Co} \right) + \left(\frac{36,268}{566,692} * \frac{Pn}{Po} \right) + \left(\frac{117,305}{566,692} * \frac{En}{Eo} \right) + \left(\frac{69,930}{566,692} * \frac{Mn}{Mo} \right) \right]$$

$$TRn = To [(0,6056*1,1394 + (0,0640*1,5129) + (0,2070*1,4468) + (0,1234*1,8738)]$$

$$TRn = To [(1,1394) + (0,0968) + (0,2995) + (0,2312)]$$

$$TRn = 1,7670 = 76,70\% \text{ (setenta e seis inteiros e setenta centésimos por cento).}$$

Para fins comparativo, aplicando-se a mesma fórmula do contrato, mas com dados econômico-financeiro, referente data base de janeiro de 2022, teremos a variação anual da Contraprestação, conforme segue:

$$TRn = To \left[\left(\frac{343,189}{566,692} * \frac{Cn}{Co} \right) + \left(\frac{36,268}{566,692} * \frac{Pn}{Po} \right) + \left(\frac{117,305}{566,692} * \frac{En}{Eo} \right) + \left(\frac{69,930}{566,692} * \frac{Mn}{Mo} \right) \right]$$

$$TRn = To [(0,6056*1,0545 + (0,0640*1,1247) + (0,2070*1,0459) + (0,1234*1,0503)]$$

$$TRn = To [(0,6386) + (0,0720) + (0,2165) + (0,1296)]$$

$$TRn = 1,0567 = 5,67\% \text{ (cinco inteiros e sessenta e sete centésimos por cento).}$$

Conforme cálculo da fórmula paramétrica, estabelecida em contrato, o percentual de reajuste necessário nas tarifas de repasse de serviços de tratamento de Esgoto de Jundiaí é de 5,67% (cinco inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), em relação as tarifas de janeiro de 2022, conforme tabela abaixo:

Tarifas de Repasse	Janeiro (2022)	Janeiro (2023)	Valores em milésimos de Real
Volume Residencial - TVR	3,075	3,248	Três reais e duzentos e quarenta e oito milésimos
Volume Industrial - TVI	3,385	3,575	Três reais e quinhentos e setenta e cinco milésimos
Carga Industrial - TCI	3,385	3,575	Três reais e quinhentos e setenta e cinco milésimos

6.2.5. SISTEMA DE GESTÃO REGULATÓRIA

Para o período de Reajuste de Tarifas, a concessionária informou as informações Operacional inerentes ao Sistema de Gestão Regulatória.

6.2.6. DEMAIS INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS – RESOLUÇÃO Nº 303/2019

A Concessionária não encaminhou as informações adicionais solicitadas pela Agência Reguladora no âmbito da Resolução ARES-PCJ nº 303/2019.

7. CONCLUSÃO

7.1. REAJUSTE DA TARIFA REFERENCIAL DE SERVIÇOS

Com base nas informações encaminhadas a esta Agência Reguladora e após os cálculos efetuados com base em formulas pactuadas no contrato de concessão, a Coordenadoria de Contabilidade Regulatória da ARES-PCJ concluí que:

“Reajuste na Tarifa Referencial de Serviços em 5,67% (cinco inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), em relação a Tarifa Referencial data base de janeiro de 2022. O reajuste entra em vigor nas contas emitidas a partir de 15 de janeiro de 2023, os valores passam a ser de R\$ 3,248/m³ (três reais e duzentos e quarenta e oito milésimos de reais por metro cubico), para a categoria Volume Residencial – TVR, R\$ 3,575/m³ (três reais e quinhentos e setenta e cinco milésimos de reais por metro cubico), para a categoria Volume Industrial – TVI e R\$ 3,575/kgDBO (três reais e quinhentos e setenta e cinco milésimos de reais por quilo de demanda biológica de oxigênio), para Carga Industrial – TCI.”

7.2. APLICABILIDADE

Conforme o art. 13, § 6º, da Resolução ARES-PCJ nº 303, de 08 de agosto de 2019, para os casos de reajuste contratual em Contratos de Parceria Público-Privada a ARES-PCJ emitirá apenas Parecer Consolidado, indicando os valores atualizados da contraprestação e terá efeito vinculante, substituindo qualquer outro ato homologatório expedido pela Parceira Pública.

A ARES-PCJ deverá ainda, nos termos do § 7º do referido artigo, dar ciência do percentual do reajuste contratual quando da próxima reunião obrigatória à exibição do Parecer Consolidado de reajuste das tarifas de água e esgoto do município, a ser apresentado ao Conselho de Regulação e Controle Social.

7.3. PEDIDO DE REAJUSTE INFLACIONÁRIO RELATIVO AO PERÍODO DE JANEIRO /2022 A JANEIRO DE 2023 NA CARTA Nº CSJ23_15_ACS_ARES-PCJ_DAE

Através da Carta nº CSJ23_15_ACS_ARES-PCJ_DAE, a Companhia de Saneamento de Jundiaí – CSJ, solicitou à ARES-PCJ a aplicação do reajuste inflacionário provisório das Tarifas de Repasse de 5,67% (cinco vírgula sessenta e sete por cento) relativo ao período dos últimos 12 meses (dezembro/2021 a dezembro/2022), conforme um documento juntado anexo, denominado Anexo 1 “Reajuste Provisório das Tarifas para 2023_sem a TUSD_2023_01_06.

Solicitam, em suma, uma mudança na forma de faturamento dos valores de distribuição de energia TUSD (tarifa de uso do sistema de distribuição) alegando defasagem, para que seja desconsiderada a parcela – TUSD ENCARGOS – no cálculo do reajuste de energia e consequentemente no cálculo do reajuste das tarifas de repasse da CSJ.

Alegam que esse equívoco foi percebido pela Companhia de Saneamento de Jundiaí – CSJ, que revisou os cálculos, e os apresentou em reuniões preliminares à DAE Jundiaí e à ARES-PCJ, sendo que esta última solicitou a anuência da DAE à retificação do reajuste tarifário.

Alega que a DAE não tem tempo hábil para analisar os cálculos e como o contrato permite que o reajuste seja aplicado retroativamente às tarifas de repasse, solicitam no momento um reajuste provisório, sobre a parte incontestada do reajuste, a ser aplicado nas contas emitidas a partir do dia 15 de janeiro de 2023.

Assim, pedem a análise da ARES-PCJ e da DAE Jundiaí sobre o reajuste definitivo das tarifas de repasse, já com a inclusão da TUSD, para serem aplicadas retroativamente, alegando conformidade ao contrato, encaminharam também o Anexo 2 “Reajuste Definitivo das Tarifas para 2023” para a inclusão da TUSD de 2023.

Em que pese o pedido, tal decisão não compete ao ente regulador e não pode ser deferido, isso porque a ARES-PCJ apenas aplica o reajuste inflacionário em detrimento ao contrato, devendo tal aspecto ser tratado diretamente com o Poder Concedente que detém a prerrogativa de alteração do contrato, para posteriormente e, se entender por tal aspecto, solicitar análise e crivo desta entidade reguladora para até mesmo analisar em procedimento de revisão qualquer modificação contratual.

8. RECOMENDAÇÕES

A Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ) recomenda à CSJ que envie as informações na frequência exigida pela Resolução ARES-PCJ nº 303/2019.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, com base nas informações acima detalhadas, bem como em respeito à norma pertinente ao tema (Resolução ARES-PCJ nº 303/2019), a ARES-PCJ conclui pelo reajuste contratual nos termos aqui estabelecidos.

Este é o parecer.

Americana, 20 de janeiro de 2023.

DALTO FAVERO BROCHI
Diretor Geral